

“Civil para dentro e militar para fora”: instituições, identidades e interesses em disputa na Guarda Civil Municipal De Niterói

“Civil on the inside and military on the outside”: institutions, identities, and interests in dispute on the context of the Municipal Civil Guard of Niterói

Carlos Eduardo Pereira Viana

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva descrever e analisar o processo de discussão pública acerca da adoção do uso de armas letais por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói. Para tanto, utilizo por base o material construído ao longo do trabalho de campo realizado no Curso de Formação Profissional (CFP) para novos agentes da instituição entre os anos de 2014 e 2017, além dos relatos coletados durante o processo de discussão sobre o tema antes, durante e depois da consulta pública realizada pela citada Prefeitura, que oficializou a negativa por parte da população com relação à proposta. Oriento a construção deste artigo a partir do método etnográfico, produzindo para o tema uma linha de investigação que pretende tangenciar as questões ligadas ao processo de militarização da GCM de Niterói e a busca concomitante de seus agentes pelo “respeito” da população. Nessa jornada, contrapõem-se o desejo por uma estrutura menos hierarquizada, na qual o agente tenha mais autoridade – “civil para dentro” – e a tendência à adesão da identidade militar como um parâmetro a ser seguido – “militar para fora”. É justamente nesse contexto aparentemente contraditório que o debate sobre o uso de armas letais ganha espaço, revelando-se no decorrer da pesquisa como um fator determinante para, por um lado, fortalecer a identidade da Guarda como instituição civil, ao romper com simbolismos e práticas militarizadas e, por outro, (re)construir a imagem no senso comum da população, desligando-se de uma identidade percebida e vivenciada pelos guardas como inferiorizada ou, em suas palavras, de “guardinhas”.

Palavras-chaves: Guarda Civil Municipal, Segurança pública, Militarização, Armas letais, Niterói.

Recebido em 14 de setembro de 2022.
Avaliador A: 13 de dezembro de 2022.
Avaliador B: 14 de dezembro de 2022.
Aceito em 22 de março de 2023.



ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the process of public discussion about the use of lethal weapons by agents of the Municipal Civil Guard (GCM) of Niterói. To this end, I use as basis the material built along the fieldwork conducted in the Professional Training Course (CFP) for new agents of the institution between the years 2014 and 2017, in addition to the reports collected during the discussion process on the topic before, during and after the public consult held by the Municipality, which made official the population's refusal regarding the proposal. I guide the construction of this article from an ethnographic method, producing for the subject a line of investigation that intends to tangent the questions related to the militarization process of Niterói's GCM and the concomitant search of its agents for the population's "respect". In this journey, the desire for a less hierarchical structure, in which the agent has more authority - "civilian inside" - and the tendency to follow the military identity as a parameter to be adopted - "military outside" - are opposed. It is precisely in this apparently contradictory context that the debate on the use of lethal weapons gains space, revealing itself in the course of the research as a determining factor to, on the one hand, strengthen the identity of the Guard as a civilian institution, by breaking with militarized symbolisms and practices and, on the other hand, (re)build the image in the common sense of the population, detaching itself from an identity perceived and experienced by the guards as inferior or, in their words, of "little guards".

Keywords: Municipal Civil Guard, Public security, Militarization, Lethal weapons, Niterói.

INTRODUÇÃO

Em 2014, quando estabeleci contato com os primeiros interlocutores na Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói, suas falas indicavam que uma das questões fundamentais para a compreensão da instituição se relacionava com a organização interna e a distribuição de poder – sob o prisma da influência política –, dois aspectos que regiam de forma direta o *modus operandi* dos guardas municipais, que serão genericamente referenciados como *agentes* ao longo deste trabalho. Essa distribuição de poder, que seguia as orientações impostas pelos Poderes Executivo e/ou Legislativo municipais por meio da edição de portarias, decretos e leis municipais, determinava o foco de atuação da GCM. Como consequência, influenciava também sua lógica operacional, ora designando seus agentes como responsáveis pela identificação do trânsito da cidade, ora direcionando suas ações para a repressão ao comércio ambulante.

As atribuições da GCM, enquanto órgão atuante da segurança pública no âmbito municipal, não ostentaram uma definição contínua em quase nenhum momento de sua história. A ausência de delimitações claras quanto ao escopo de atuação da Guarda influenciou a maneira como a identidade da instituição e de seus agentes foi sendo construída ao longo de seu desenvolvimento. O resultado é que, a depender da estrutura a que a Guarda fosse submetida, iam-se modificando as formas de “pensar” e de “agir”¹, em um constante movimento de adaptação do funcionamento da instituição que variava de acordo com a lógica à qual os agentes eram apresentados.

Essa forma de estruturação – ou, propriamente, a falta dela – pode ser compreendida por meio de duas principais óticas que buscam definir o lugar da Guarda Civil Municipal enquanto órgão da política de segurança pública. A primeira delas busca entender a instituição através de seus pares, uma compreensão que se assemelha à das instituições policiais de nível estadual, como a Polícia Militar, e até mesmo de nível federal, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal; a segunda, por outro lado, busca alocar a GCM como pertencente à estrutura política municipal, ao lado dos Poderes Executivo e Legislativo.

O debate sobre a questão do armamento me foi apresentado como um tema estruturante na Guarda durante o trabalho de campo. Ao longo do tempo, pude perceber a existência do impasse bélico por meio das falas e dos relatos dos meus interlocutores, produto de uma interação construída no fazer etnográfico². Meu primeiro contato com esse fazer etnográfico ocorreu ainda durante minha formação como cientista social, sendo também uma consequência da oportunidade de ingressar em um determinado grupo de pesquisa³. A partir dessa experiência, pude ser ambientado em discussões sobre a relação entre práticas sociais e teorias acadêmicas e sobre sua necessária articulação no processo etnográfico (PEIRANO, 2008).

Enquanto estudante de graduação, tive a oportunidade de participar como monitor, estagiário e, posteriormente, como membro da organização do Curso de Formação Profissional

1 São nuances que replicam, repetem e enfatizam o que já é usual (PEIRANO, 2006), mas que esses indivíduos naturalizam de forma consciente, ao se associarem cada vez mais a um papel de membro da instituição da Guarda Civil Municipal de Niterói.

2 Este fazer etnográfico é o que fundamenta a construção do campo na antropologia e possibilita o estranhamento de “saberes” que foram internalizados pelos indivíduos por meio de uma construção social da realidade com origem no senso comum. Nessa construção, esses “saberes” são produzidos e reproduzidos, sendo necessário um exercício contínuo de distanciamento para que haja avanço na compreensão daquilo que dá base a certas práticas (BERGER e LUCKMAN, 2004).

3 Trata-se do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Direito e Moralidades (GEPADIM), inserido no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e integrante do INCT-InEAC.

da Guarda Civil Municipal de Niterói⁴, auxiliando no seu planejamento e na sua aplicação. Essa posição pôde proporcionar o estabelecimento de um contato continuado e de bastante proximidade com os guardas recém-chegados, elementos que viabilizaram a construção de uma relação de confiança com os agentes. A proximidade então construída se mostrou um fator fundamental para o acompanhamento das atividades, das discussões e dos conflitos que pude presenciar tanto na rotina do curso quanto nas atividades externas, como o acompanhamento de “patrulhas” pela cidade.

Em termos etnográficos, a linha de indagação referida ao *ethos* militarizado da instituição e à percepção dos agentes sobre esse aspecto desenvolveu-se na possibilidade de compor a organização do curso, compreendendo, nesse primeiro momento, o espaço de formação dos agentes como o campo que se desdobra em lugar físico e em objeto de pesquisa. Dito de outra forma, pesquisar nesse curso me permitiu colocar em prática o exercício de descrição etnográfica no espaço de formação e de construção dos novos agentes, tendo contato com os temas e as demandas que me foram apresentados como questões fundamentais para o desenvolvimento da instituição.

Em razão desse acompanhamento prolongado e das questões que foram surgindo como apontamentos do próprio campo, o espaço físico da pesquisa precisou ser progressivamente ampliado, conforme a formação dos agentes ocorria e de acordo com os assuntos que chegavam ao debate público. Nesse contexto, ganhou destaque como um importante elemento o acompanhamento da questão do armamento e de como a busca por sua permissão de uso opera como instrumento fundante na formação da identidade da instituição e de seus agentes, com repercussões até mesmo em suas atuações.

Para possibilitar traçar tal paralelo, organizo o artigo em quatro partes. Na primeira delas, busco apresentar dinâmicas de relações entre poderes políticos que influenciam a rotina e os direcionamentos da GCM de Niterói, e identifico as instituições que disputam as decisões e o protagonismo na segurança pública dos municípios da região do Grande Rio. Em seguida, apresento encaminhamentos práticos que são produzidos por essas disputas, sendo a principal delas a tendência à adesão da identidade militar como um parâmetro a ser estabelecido e

4 O curso de formação em questão foi fruto da demanda da Prefeitura de Niterói, que buscou auxílio junto a Universidade Federal Fluminense para a organização e a aplicação de uma formação para qualificar os 300 novos agentes. O curso tomou como base a sua edição anterior, organizada em parceria estabelecida da mesma forma entre o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF) e a Prefeitura do Município de Niterói, realizado nos anos de 2002 e 2003. Este curso acabou sendo utilizado, também, como base e como referência para que o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública desenvolvessem uma matriz curricular nacional voltada para a formação dos agentes das Guardas Municipais pelo país, valorizando a relevância do projeto e o seu pioneirismo ao tratar do assunto.

seguido, traduzindo o ideal de “militar para fora”. Já na terceira parte, busco demonstrar em que posição a Guarda se encontra na relação de forças com as demais instituições, reforçando uma posição de luta e de busca por uma estrutura menos hierarquizada em que o agente tenha mais autoridade, culminando em uma indicação do que seria “civil para dentro”. Por fim, depois de construídas as premissas nas três partes citadas, discuto como essas estruturas operam hierarquias de princípios e de pensamentos.

Considero, para fins desse trabalho, o conceito de Dumont (1992) na articulação do posicionamento da Guarda nessa estrutura. Com isso, penso nas influências que a instituição recebe diante do exercício de seus comandos, muitas vezes permeados por um marcante militarismo, característica que já se mostra aparentemente enraizada até mesmo nas práticas de seus agentes. De forma simultânea, teço considerações acerca das interferências que o Estado é capaz de exercer enquanto grande articulador da construção da identidade de seus agentes municipais.

A POLÍTICA MUNICIPAL E AS INFLUÊNCIAS ESTADUAIS

De início, pensemos sob a ótica da estrutura política municipal, pois é ela que de fato organiza e controla a instituição, determinando suas funções e impondo aquilo que a GCM deverá ser durante o mandato dos Poderes Executivo e Legislativo, nas figuras dos prefeitos e dos vereadores, respectivamente. Nesta análise, a dificuldade de definir as atribuições da GCM manifesta-se em uma ordem histórica de aventuras e desventuras, realizadas por diferentes gestões na administração da cidade, construindo um cenário que impede, até os dias atuais, uma sólida composição quanto à identidade da instituição e de seus agentes.

Diante desse quadro, em que até mesmo o “descaso” foi retratado como definição, contribuiu-se para que a GCM se encontrasse em um estado liminar (TURNER, 1974), apresentando ramificações em sua estrutura de forma a impedir que não fosse vista nem como reflexo do que os seus agentes desejariam, tampouco segundo o papel que a Prefeitura convencionou.

À época do período de observação desta pesquisa, a GCM era organizada e controlada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública de Niterói, desempenhando, além de suas regulares atribuições, o exercício de funções referentes à Secretaria da Fazenda. Não obstante o cenário confuso das atribuições que recebiam, algumas beirando à ilegalidade, o momento ainda assim

permitia que os agentes carregassem a pretensão de que a transformação da instituição estava por vir, depositando esperança de que a Guarda alçaria um patamar de referência no campo da segurança pública municipal.

A incidência deste aspecto, que podemos classificar como uma “esperança”, destaca o fato de que a Guarda e seus agentes anseiam o reconhecimento e o respeito não só da população, mas também dos órgãos que compõem o ordenamento público em si, como uma instituição civil e independente, desconectada da percepção da sociedade quanto, principalmente, à truculência da Polícia Militar. A mesma desconexão é ainda buscada em relação aos enfrentamentos contínuos com camelôs, em especial a se considerar que esses confrontos aparecem, aos olhos dos munícipes, como a principal consequência da falta de capacitação e de orientação da estrutura da Guarda.

A estrutura organizacional da Guarda é um sintoma da identidade que está em disputa tanto de forma interna, gerando debates entre os próprios agentes que compõem a GCM, quanto de forma externa, estando sujeita à influência de outros agentes que atuam nos níveis estadual e municipal. Isso se deve, em grande medida, à presença de um histórico de comandos desempenhados por militares que, na visão de muitos dos Guardas, “contaminaram” as práticas da instituição com o passar dos anos.

A título de exemplo do caráter dúbio de identidade que possui a GCM, tem-se que a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) de Niterói, quando da definição da pasta⁵, associou o desempenho de atribuições fiscais como uma de suas atividades precípuas, alocando-as como uma espécie de exercício do “poder de polícia”⁶. Promovendo ainda demais alterações, ao fim definiu a Guarda como um instrumento de ordenamento público “através de servidores próprios”, deixando explicitamente de fora dessa definição a prestação de auxílio ou qualquer relação da Guarda com as forças de segurança pública.

O aspecto “independente” em relação à segurança pública revela mais uma tentativa de definir o que é a Guarda e, assim, orientar o “pensar” da instituição desconsiderando que, na prática, seu real efeito é a criação de mais uma identidade a ser colocada em disputa. Consideremos, até aqui, as seguintes leituras: (i) para o comando da Guarda, sua identidade deveria ser o reflexo de suas atribuições enquanto polícia de proximidade, repercutindo em seu

5 “A Secretaria de Ordem Pública (SEOP) de Niterói tem por missão precípuas o exercício do poder de polícia, através da emissão de ordens, sanções, fiscalizações e de autorizações, com o objetivo de prover ordenamento urbano no âmbito de Niterói. O exercício de suas atribuições se dá através de servidores próprios, da Guarda Civil Municipal e do Departamento de Fiscalização de Posturas” (SEOP, 2019)

6 Segundo Medeiros (2016), “em contextos democráticos, este é um atributo do ente responsável pelo controle e exercício do uso legítimo da força monopólio inerente ao Estado”.

ethos a ideia de uma instituição civil orientada a partir de valores militares; (ii) para os agentes da Guarda, a ideia de instituição civil, horizontalizada, desligada da influência militarizada, armada e com atribuições semelhantes à Polícia Civil e à Polícia Militar, operando na lógica de uma polícia de proximidade, com uso de inteligência e forte poder de ação (leia-se, capacidade de emprego da força); (iii) para a Prefeitura, a Guarda representa uma instituição politicamente forte enquanto ferramenta de propaganda, que disputa espaços com a PM de forma controlada, a fim de gerar uma repercussão positiva na população, ao mesmo tempo que evita indisposições com os interesses do Governo do Estado e do comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); por fim, (iv) para o Governo do Estado, a GCM é vista como uma importante ferramenta de policiamento comunitário, nada além disso, sem ter capacidade de exercer influências no trabalho e nos negócios da corporação.

Definir as atribuições e as leituras que conduzem à força a construção da identidade desta instituição são ações que nos permitem compreender a movimentação política e institucional que rege as Guardas. Em Niterói, no nível municipal, percebe-se que esta vertente de definição institucional abre caminho para o entendimento da Guarda como um operador do ordenamento público, mas também da segurança pública. Isso porque sua “missão precípua” é caracterizada, de forma objetiva, enquanto o “exercício do poder de polícia”, ou seja, tem como objetivo principal a fiscalização da rua e o suprimento das demandas dela, atuando como um instrumento de organização, de regulamentação e de controle por parte do município.

Pode ser citado como exemplo, nesse ponto, a atribuição de fiscalizar os camelôs e os registros de suas mercadorias – atividade que, como dito acima, gerava uma imagem negativa da GCM em decorrência da truculência nas abordagens. Referidas atividades, da alçada do Departamento de Fiscalização de Posturas, são exercidas com o auxílio operacional de agentes da Guarda com o objetivo de garantir e estabelecer a segurança das operações de fiscalização.

O que se observa nas práticas da rua, no entanto, é que os agentes da GCM assumiram essa função de fiscalização baseados na perspectiva de que estavam no efetivo exercício do “poder da polícia”. Tal assunção vem se materializando no domínio que os Guardas detêm quanto ao uso da rua como espaço destinado ao comércio, o que os posiciona como os grandes responsáveis por determinar restrições e por conceder permissões aos que lhes estão sujeitos. A oscilação nos papéis que são exercidos pelos agentes acaba por criar um espaço caótico quanto à limitação de sua atuação: ora ligado à fiscalização e à apreensão de mercadorias, ora à realização de negociações com os camelôs para que sigam trabalhando.

Em outra esfera, o Governo do Estado⁷ se apresenta nesse cenário como o grande influenciador das medidas que são e serão tomadas em relação à Guarda, pautando suas decisões nos instrumentos e nos interesses estatais voltados para a segurança pública, sem jamais tirar dos olhos o papel desempenhado pela Polícia Militar. Assim como a Prefeitura, o Governo do Estado deseja que as Guardas sejam fortalecidas, pois, politicamente, essas práticas reverberam resultados positivos na avaliação do desempenho da gestão.

E esse *feedback* favorável importa, pois, para a população em geral, os trabalhos de cada instituição diferem apenas pelos erros cometidos, de forma que seus acertos acabam sendo tratados genericamente, como se fossem um bloco homogêneo. Isto é, os acertos da Polícia Militar e os acertos da Guarda são capazes de se entrelaçar, enquanto os erros de cada instituição se mostram demasiadamente discrepantes para permitir, da mesma forma, que se realize uma associação direta.

Segue a mesma lógica a interferência que ocorre em nível municipal na Guarda e que, seguindo interesses que vão além da melhoria propriamente dita do sistema de segurança pública como um todo, também apresenta traços de disputas por protagonismo e propaganda política, sem deixar de transparecer, ainda que timidamente, uma lógica de mercado. Um exemplo dessa disputa pode ser visto na materialização de um projeto chamado Niterói Presente, que será apresentado mais à frente.

IDEAIS MILITARIZADOS

O papel que possuí e, em última instância, que deve assumir a Guarda se encontra situado em um terreno de constantes embates travados entre Estado e Município, que buscam adequar a natureza da instituição, cada qual de acordo com os seus interesses. Para além dos embates, um olhar analítico direcionado à estrutura dessa instituição em si revela a existência de uma constante tentativa, por parte daqueles que exercem o comando da Guarda, de estabelecer um distanciamento das suas atividades com relação àquelas ligadas ao ordenamento público da cidade, tais quais a proteção de prédios oficiais, a realização do controle de acessos e a atuação na fiscalização do trânsito.

⁷ Destaco o “Governo” e não o Estado por considerar que, assim como na Prefeitura, cada gestão possui diretrizes que geram mudanças na condução do modo de “pensar” suas instituições, afetando tanto suas identidades quanto suas atribuições.

A defesa dessa lógica de desvencilhamento, para aqueles que pensam no crescimento da instituição em si e na sua busca por protagonismo enquanto estrutura de segurança pública, acaba se traduzindo em um indicativo positivo. Isso lhes permite traçar o seguinte paralelo: quanto mais distante das atribuições do ordenamento público e, simultaneamente, quanto mais próxima da identidade da Polícia Militar, mais respeitada a Guarda será.

Considerar quem são as lideranças internas que trabalham na formação desse “pensar” a Guarda permite concluir que, de forma objetiva e não por acaso, quanto mais militarizada a Guarda for, mais próxima do “respeito” da população ela estará. Busca-se – nos termos de Mary Douglas (1998), considerando que as instituições conferem uniformidade – estabelecer uma forma de “pensar” que siga princípios e orientações capazes de confirmar um viés militarizado no “agir”, na formação, na prática e nas expectativas de atuação e responsabilidade por parte da Guarda.

Nesse processo de construção de identidade, é de se notar que a nomeação de militares para o exercício do alto comando da Guarda espelha certas formas de “agir”. Essas, mais do que reger as práticas e as rotinas dos agentes, estabelecem e reforçam simbolismos de poder mais próprios de um processo de militarização do que de uma instituição civil – o que a Guarda deveria genuinamente ser. Disso resulta a adoção cada vez maior de procedimentos e de hierarquias construídas a partir de uma visão vinculada à lógica de guerra, na qual um inimigo deveria ser identificado e combatido (CASTRO, 2004). Essa prolongada presença de militares à frente dos órgãos policiais no Brasil chancela o treinamento de sucessivas gerações de agentes em academias e escolas de polícia, locais de submissão a currículos e à metodologias que se concentram a perpassar e a potencializar a doutrina militar (DA SILVA, 1996)

Evidencia-se, ao fim, o fortalecimento de um discurso militarizado que deriva não apenas dos anos despendidos dentro das próprias academias de polícia, mas que passa a ser encontrado em locais em que, ao menos *a priori*, não seria tão facilmente veiculado. O resultado da formação militarizada, que atingiu diretamente os agentes civis da Guarda, foi, pouco a pouco, transferindo esse *ethos* para outras instituições, que não ficaram imunes à influência militar.

De tanto replicar o comportamento militarizado e insistir no fato de que suas atribuições são comuns às da Polícia Militar, a Guarda fez com que até mesmo a imprensa, em alguma escala, passasse a divulgar como normalizadas as práticas de enfrentamento da instituição, de maneira que as referidas condutas começaram a ser assistidas pela população sem que causassem estranheza. O reforço midiático da imagem da Guarda como instituição militarizada e a banalização de sua atuação nesse nicho influenciam o olhar da população, esta última que representa um segmento em que os agentes dessa instituição constantemente buscam apoio para

a manutenção de seus atos.

Esses conflitos de imagem, de posicionamento e de atribuições se apresentam como questões fundamentais para a construção da identidade da Guarda e influenciam suas ambições institucionais de forma direta. É justamente essa confusão de enquadramento que permite que possamos observar, por exemplo, agentes cuja principal reivindicação reside na adoção do uso de novos instrumentos, notadamente as armas letais, características da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que questionavam a estrutura de comando à qual estavam submetidos, incomodados quando o posto estava sob a chefia de um militar. O que se permite enxergar, norteador por essa forma comportamental, é uma Guarda que caminha no limiar da identificação com uma instituição civil, acionando, convenientemente, ora características e estratégias militares, ora metodologias de atuação não militares.

A observância dessa maneira oscilatória de atuação deixa evidenciar dois distintos comportamentos: um militarizado, que replica e saúda a “lealdade” e a “disciplina”, apresentando uma interpretação singular da hierarquia⁸ e, de maneira difusa, outra que revela uma busca pela dissociação da imagem da Guarda da imagem dos militares, principalmente daquilo que representa a PMERJ e as suas atividades. Esse último ponto é, inclusive, um dos intuítos fundamentais buscados pelos agentes, com o objetivo de reafirmar a construção de sua identidade. De um lado, a construção se mostra permeada de aspirações que os assemelham aos policiais militares; do outro, apresenta singularidades que os diferenciam em um ambiente em que as duas modalidades de atuação funcionam concomitantemente.

Munida da crescente chancela de legitimidade concedida pela opinião pública e envolta por um contexto de políticas de enfrentamento, a GCM parece buscar espaço entre seus pares na segurança pública através um *modus operandi* específico, baseado no militarismo que inspira seus comandantes. O exercício desse comando militarizado justifica e dá sentido (SOARES *et al.*, 2009; VIANA, 2022) à importância de questões como o uso das armas letais, o que contribui em grande medida para essa forma de “pensar” a Guarda. Afinal, para agirem como polícia e empregarem o seu “poder de polícia”, os agentes precisam estar equipados de forma semelhante à polícia – militar, é claro.

Durante a condução deste trabalho, a definição nativa que melhor classificou esses simbolismos da Guarda enquanto instituição, em minha leitura, ficou registrada no discurso que os próprios agentes construíram, apontando como tipo ideal um status que classificavam

⁸ Segundo Dumont (1992, p. 117), “para o senso comum moderno, a hierarquia é uma escala de ordem em que as instâncias inferiores estão, em sucessão regular, englobadas nas superiores. A ‘hierarquia militar’, construção artificial de subordinação progressiva do comandante-em-chefe ao soldado, pode servir como exemplo típico”.

como “civil para dentro e militar para fora”. A proposição “civil para dentro” tinha como objetivo apresentar uma hierarquia horizontal que não estivesse associada aos padrões de comportamento e às noções de disciplina e de hierarquia que se espelham no militarismo, somando-se, principalmente, a uma busca por rupturas com práticas de treinamentos e de modos de “agir” que se inspiravam neste modelo militarizado. A ideia era deixar no passado o histórico de abusos de poder por parte do comando em relação aos agentes, que, a essa altura, já constituíam uma rotina naturalizada dentro da Guarda.

Entendendo não haver conflito entre as posturas, os guardas adotavam, simultaneamente ao caráter “civil para dentro”, o caráter “militar para fora”. Isso porque não se negava a intenção de se assemelhar ao modelo da Polícia Militar, de onde muitas vezes o modo de “agir” e de “pensar” militarizado era utilizado como parâmetro. Esses mesmos agentes também pleiteavam que a Guarda deveria ter a sua identidade própria, desvinculada do medo que parte da população sente em relação à Polícia. Em contraponto, prefiro caracterizar a Guarda como militarizada tanto “para dentro” quanto “para fora”, haja vista que nas duas categorias de classificação as influências militares são reproduzidas.

Esse negócio do armamento foi uma foda maldada, porque ia fazer a Guarda focar mais na segurança, aí falaram “não, guarda é maluco! Vai querer intimidar camelô!”, isso já acontece tem muito tempo. Sabe quem mais tá fazendo apreensão na rua? É a SEOP, vire e mexe eles vêm com um carro com caçamba de apreensão. Tão fazendo mais apreensão do que os guardas faziam antigamente. O armamento não era pra intimidar ambulante, era pra focar mais na segurança, no patrulhamento preventivo, porque não é nem ostensivo, é preventivo. Muitas vezes uma pessoa chega no guarda e fala que foi assaltada, que o cara tava com uma arma, e o que a gente vai fazer com cassetete e *taser*? E aí? Como que trabalha desse jeito? A gente poderia atuar mais, se tivesse condição de trabalho, a arma seria um ponto nesse sentido. (AGENTE DA GCM DE NITERÓI, 2018).

A fala acima retratada tem a capacidade de condensar alguns aspectos extraídos ao longo dos quase cinco anos de trabalho de campo desta pesquisa, que embasam uma série de trabalhos e, neste momento em especial, este artigo. Primeiro, por transparecer as disputas da Guarda, em termos de atuação e de identidade, com outras instituições; nesse caso, o conflito em destaque se dá com a SEOP, mas constatamos isso também em relação à PMERJ. Segundo, por endossar a percepção de que a indefinição das atribuições da Guarda parece repercutir negativamente na afirmação de sua identidade – isto é, há uma distância entre seus anseios por uma atuação na “segurança pública”, entendida apenas nos seus aspectos repressivos, e uma realidade que os joga para outras tarefas, não desejadas. O terceiro e último aspecto é, por fim, a afirmação recorrente de que o principal obstáculo para a atuação desejada pelos agentes é a falta do direito à arma.

Quanto a esse último ponto, é de se notar que a frustração do interlocutor se intensifique quando reconhece que a negativa para o armamento da instituição é fundamentada na suposição do “mau uso” que os agentes fariam da arma – “não, guarda é maluco! Vai querer intimidar camelô!”. Em sentido oposto, os agentes defendem que uma atuação mais eficiente⁹, ou seja, armada, seria o grande ponto de partida para alcançar a desejada ruptura com o histórico de confrontos com camelôs. Essa situação contribuiria, em grande medida, para a mudança da percepção da população sobre a importância da Guarda e da atuação de seus agentes, recuperando – ou estabelecendo – o respeito e a admiração perdidos (ou, ainda, a serem conquistados).

A GUARDA E AS ESTRUTURAS

Em nível municipal, a Guarda se mostra uma importante peça para os Poderes Executivo e Legislativo – o comando externo já mencionado –, setores que consideram uma Guarda “fortalecida” como sinônimo de instrumento de política pública eficiente contrastando principalmente em relação à Polícia Militar, notório alvo de críticas pela opinião pública. Um dos problemas, nesse caso, é que as diferentes estruturas e os modos de pensar se chocam, resultando na adoção de uma política de segurança pública que não se comunica entre si.

Vejamus da seguinte forma: a Guarda é uma instituição civil que responde ao Município e que tem sua cadeia de comando ditada pelo Poder Executivo ou por negociações com o Poder Legislativo. É notório o interesse do Poder Executivo em ver a Guarda protagonista no combate à violência e à criminalidade. Para uma simples comprovação dessa tese, basta analisarmos o processo de investimentos feitos pela gestão que assumiu a Prefeitura do Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 2012. Desde o início desse mandato foram estabelecidos compromissos com a Guarda facilmente identificados nas falas do Prefeito, o que permitiu o registro de discursos como “*meu objetivo nesse primeiro mandato é fazer da nossa Guarda Municipal a melhor Guarda e a maior referência da Guarda no Estado do Rio de Janeiro. Essa é a nossa proposta. Esse é o nosso projeto*”, proferido no ano de 2013.

Traçado esse objetivo, apresentou-se de início um projeto de lei que propunha um aumento de 30% nos rendimentos-base dos guardas, seguido da realização de um concurso

⁹ Compreendemos a noção de eficiência, aqui, enquanto a ampliação da capacidade de pronto emprego em um conjunto maior de ambientes passíveis da atuação dos agentes, por conta da ampliação de seus instrumentos de coerção e do uso da força.

público para a contratação de 350 novos agentes. Ambas as propostas foram aprovadas na esfera legislativa, deixando transparecer um aceno no sentido de que os interesses dos dois poderes municipais dialogavam e que a visão de uma Guarda “forte” representava um desejo em comum na esfera municipal. Com as mais elevadas das expectativas, os agentes da Guarda se sentiram “prestigiados” pelas promessas do Prefeito e, ainda mais, pelo declarado comprometimento em financiar um crescimento da instituição tanto no efetivo quanto em sua estrutura.

Se, de uma parte, o investimento se traduziria na realização de um concurso público e no treinamento de novos agentes, por outra demonstrava demonstraria o emprego de esforços direcionados à reestruturação da Instituição e à sua expansão, com a promessa de construção de uma nova sede, mais bem preparada e com instalações modernas, incluindo neste pacote um *stand* para a prática de tiros com armas letais. Influenciados por esse discurso, os agentes passaram a enxergar, de forma concreta, a possibilidade de alçar a Guarda ao protagonismo na segurança pública municipal, reorientando suas atribuições e definindo que seriam alvo de suas operações o combate aos crimes de menor potencial ofensivo.

Caminhando em conjunto com essa reorientação, o debate sobre o uso de armas letais ganhou espaço em audiências públicas e em sessões da Câmara Municipal de Niterói, visto que, na visão da Prefeitura, o armamento contribuiria para o processo de fortalecimento da Guarda. Frise-se que, tanto para Prefeitura quanto para Guarda e para os agentes, o fortalecimento da Instituição estava majoritariamente focado na autorização do emprego das armas letais tão pleiteado pelos agentes, elemento que já passava a ser tido como indispensável.

Essa orientação dialoga diretamente com a ideia da busca por seus pares, exposta no início deste trabalho, uma busca que tem como objetivo alcançar não só a mesma importância das instituições com as quais a Guarda deseja se assemelhar, mas também o mesmo “respeito”. Para além disso, demonstra como o fator bélico influencia a orientação institucional, considerando que cada polícia possui suas características determinantes, entendendo-se a Polícia Civil como a polícia “inteligente” e a Polícia Militar como a polícia “ostensiva”. Com esse contexto bem sedimentado, não se vê sobrar muito espaço de atuação para a Guarda, que ficaria excluída tanto das atividades investigativas quanto daquelas que envolvessem enfrentamentos e conflitos diretos, de maneira a afastar cada vez mais uma possibilidade de encaixe da instituição na estrutura da segurança pública.

Contudo, um aceno no sentido da aproximação foi visto quando a Guarda, por meio do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), passou a se utilizar de técnicas de inteligência para o desempenho de suas atividades. Nesse novo contexto, os agentes seriam responsáveis pelo monitoramento de um sistema de câmeras e de comunicação que buscava desenvolver uma

maior integração entre as instituições civis e militares, atribuição essa que seria compreendida pelos agentes como um importante degrau na conquista de seu espaço próprio, embora não constituísse o degrau principal. Isso porque, na visão dos agentes, do comando da Guarda e da própria Prefeitura, ter um efetivo presente e aparente¹⁰ representaria uma ação politicamente mais produtiva do que possuir acesso a um mero sistema de câmeras operadas à distância, sem que fosse estabelecido qualquer contato com a população e sem conseguir criar o impacto quanto à necessidade de sua presença ostensiva para a manutenção de bons níveis de segurança.

O objetivo, neste momento, seria o de destacar a Guarda como uma instituição presente no cotidiano dos cidadãos, armada e respeitada, características que interessariam ao Poder Executivo, enquanto plataforma política, e que justificariam os investimentos realizados até então. De maneira distinta, na relação da Guarda para com seus pares na estrutura da segurança pública em si, incorporando apenas o nível estadual nesta análise, os investimentos destinados à referida instituição já não encontram a mesma receptividade.

Uma possível explicação para essa diferença poderia ser extraída do funcionamento da lógica de mercado, que opera a forma como a distribuição de recursos se dá entre os distintos órgãos que compõem a segurança pública e que influencia nos investimentos a serem realizados. Em outras palavras, temos que os investimentos, que não são oferecidos em larga escala, são aplicados priorizando certas instituições em detrimento de outras, significando que direcioná-los para uma instituição implica em não os direcionar para outra.

Segundo meus interlocutores, um fator que exporia o latente contraste entre os interesses municipais e os estaduais poderia ser notado quando do orquestramento de operações da Polícia Militar, que por vezes envolvem atividades que a Guarda teria a capacidade de desempenhar. Um exemplo empírico desse embate, que evidencia as diferenças entre as instituições, se deu no processo de decisão sobre o armamento dos agentes da Guarda, aqui entendidas as armas letais. A proposta armamentista, que foi apresentada à população por meio de uma consulta pública formulada pela Prefeitura de Niterói, passou por um extenso trâmite, incluindo uma série de debates e de audiências públicas, além da participação da sociedade civil organizada e de movimentos universitários. Contudo, teve seu seguimento negado, com uma considerável margem de rejeição¹¹.

10 Em dado momento de suas formações, os novos agentes se dividiram em grupos e realizaram rondas pelo bairro do Centro, em grupos considerados grandes, de 8 a 12 guardas, com um colete reflexivo por cima do fardamento. A ideia da operação era a de que os novos agentes deviam ser notados.

11 A proposta foi rejeitada por 13.478 dos niteroienses que foram às urnas. Somente 5.480 dos participantes da consulta pública votaram a favor da proposta, enquanto 32 pessoas votaram branco ou nulo. Representando assim, respectivamente, margens de 70,1% contra 28,9% da população (APURAÇÃO, 2017).

Acaso do destino ou não, no dia seguinte à votação a Prefeitura do Município anunciou a implementação do programa “Niterói Mais Segura”, posteriormente denominado “Niterói Presente”, em que policiais militares e agentes civis seriam posicionados em localizações estratégicas da região do Centro da cidade para propiciar o efeito de uma maior presença ostensiva no bairro. Este programa, pensado de forma a atrair agentes estatais da segurança em sentido amplo, veio acompanhado da oferta de um Regime Adicional de Serviço (RAS), uma espécie de recompensa que resultaria em acréscimos nos vencimentos somada à vantagem de que as escalas de trabalho seriam realizadas em paralelo às escalas regulares daqueles que se interessassem pela novidade.

Apesar de a mudança soar positiva, os comandantes e os agentes da Guarda não receberam a ideia com tanta animação. Isso porque, conforme sustentaram à época, as atividades que estavam sendo oferecidas pelo programa para serem desempenhadas por variados agentes da segurança pública eram tidas como atividades de natural desempenho pela Guarda. Essa assunção deixava transparecer, de forma mais nítida, o entendimento que os agentes tinham das esferas de atuação da instituição a que pertenciam, acreditando que seria ela a responsável pela tática de polícia de proximidade, ou policiamento comunitário, que era o ponto-chave do Niterói Presente.

A novidade abarcava, além disso, o exercício de atividades voltadas ao combate de crimes com menor potencial ofensivo, o que os agentes acreditavam que poderia ser de sua responsabilidade, inclusive com a justificativa de que essa atuação seria uma forma de “desafogar” a Polícia Militar. Poderiam, ao fim, até mesmo ajudá-la, permitindo uma melhor alocação dos policiais em regiões marcadas pelo cometimento de delitos de maior potencial ofensivo, já que os crimes mais brandos estariam sob a vigilância da Guarda.

A crítica nesse momento reforça a compreensão de que, segundo os agentes, a Prefeitura “não fez a sua parte”, deixando transparecer um sentimento de que ela não teria se esforçado o suficiente para pôr em prática a promessa de transformar a Guarda em um ator central da política de segurança pública do Município. Dito de outra maneira, a sensação que pairava era a de que a atuação deixou a desejar quanto aos incentivos para a capacitação dos agentes, sendo insuficiente também quanto ao aspecto do planejamento acerca da comunicação e da publicidade das atividades da instituição. Essas promessas podem ser entendidas, seguindo a proposta de Carla Teixeira (2000), como uma ação política que supõe a contração de uma dívida que, ao não ser cumprida, corre o risco de ser vivida e classificada como uma “traição”, nos exatos moldes do que ocorrera com os agentes da Guarda em relação ao Poder Executivo municipal.

Para os agentes, a Guarda precisava ser vista pela população, em especial a se considerar que a visibilidade seria uma das chaves na promoção do desejado reconhecimento. As falas que vinham dos agentes, nesse ponto, pareciam evidenciar um sentimento de “desconsideração” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008) com relação à sua própria identidade, e isso ocorria tanto por parte da população quanto por parte do Poder Político. Perante os olhos da população, havia a sensação de preterimento em face dos policiais militares, que são mais procurados no dia a dia para a resolução de demandas. Já sob os do Poder Político, os agentes acreditavam haver uma priorização das demandas que partiam da Polícia Militar quando do desenvolvimento de propostas e de medidas na área¹².

ESTRUTURAS HIERARQUIZADAS

Tem uma frase que diz assim: O homem só respeita o homem pelo mal que ele pode fazer. Isso é verdade. Ele não respeita o policial por ser policial militar, ele sabe o que pode acontecer com ele. A gente não quer isso de medo, a gente quer ser respeitado. (AGENTE DA GCM DE NITERÓI, 2015).

Tendo por referência as características extraídas dessa fala, que ao mesmo tempo em que se opõem, representam também atores de um mesmo palco, seria interessante tecer uma análise sobre a eventual influência que esses antagonismos possuem na construção da identidade dos agentes da Guarda. Até aqui, vimos que há, de fato, uma busca por “respeito” e uma importante demanda por reconhecimento, nos termos de Cardoso de Oliveira (2002). Além disso, vimos que a estrutura política estadual impacta a estrutura municipal de tal forma que se torna capaz de gerar constantes mudanças nas atribuições de suas instituições, nesse caso a GCM.

Como orienta Geertz (1997) sobre a compreensão da ótica dos nativos, na linha do que anseiam os guardas e alinhado com a fala acima retratada, vê-se que não há qualquer interesse na veiculação de uma imagem que os defina como “guardinhas” diante da população, entendendo-os como “agentes menores” ou “agentes inferiores”, razão pela qual uma de suas principais

¹² Tomando James Clifford (1998) como um aliado no entendimento desse processo de análise crítica do discurso de meus interlocutores, lembremos das condições para a produção de textos etnográficos: o autor destaca a importância de levar em consideração questões políticas e epistemológicas antes em segundo plano na produção antropológica. Há de se entender um cenário em que a troca com os interlocutores é continuada e passa a influenciar de forma mais concreta a abordagem, os relatos e os discursos. Destaco dois momentos importantes para esta pesquisa, que é construída, primeiro, em meio a uma conjuntura de “esperança”, para depois revelar seu indicativo final, o “ressentimento” como conclusão tanto do processo quanto do discurso.

demandas reside em atingir o reconhecimento do ofício dos guardas municipais. A partir disso seria possível, então, a construção de uma identidade própria da Guarda, uma identidade que tenha por pauta o “respeito” por parte dos cidadãos, mas que não seja alvo de medo.

Nessa ótica, a repercussão que o conflito de interesses entre Estado e Município possui no desenvolvimento da Guarda não pode ser desconsiderada, em especial se notarmos que a forma como cada ente se comporta possui potencial impacto em indivíduos que, enquanto agentes, não têm seus perfis institucionais delimitados. As alterações legislativas a que a instituição é frequentemente submetida acabam por se tornar impeditivos para que a forma de “pensar” a Guarda seja construída. Isso se explica porque, como suas atribuições específicas e regimentais se encontram suscetíveis a mudanças constantes, não há como se chegar a uma simples conclusão do que representa a Guarda.

Uma tentativa de melhoria para esse problema ocorreu quando da apresentação de um projeto de lei que instituía o Estatuto Geral das Guardas Municipais, validado enquanto legislação vigente pelo Congresso Nacional no ano de 2014. A redação da nova norma estipulava de forma expressa que a Guarda Municipal deveria ser dirigida por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou da entidade¹³, salvo nos primeiros quatro anos de funcionamento, quando o cargo poderia ser ocupado por um profissional tido como “estranho a seus quadros”.

Em outras palavras, a nova legislação estipulava que o atingir do mais alto comando da instituição seria produto de uma progressão na carreira para aqueles que compusessem o quadro efetivo e que, assim, seriam reais detentores de conhecimento empírico quanto às suas demandas e atribuições. Na prática, contudo, essa determinação não se traduz em agentes do quadro ocupando os postos de comando, ao menos dentro da GCM.

As dificuldades enfrentadas em assumir uma identidade bem delineada e poder finalmente desempenhá-la têm relação direta com o histórico de comandos exercidos por militares anteriormente citado. Esse fator se destaca tanto na percepção dos próprios agentes quanto na observação da dinâmica de sua atuação como um elemento que cria ainda mais obstáculos na conquista pelo “respeito” da população e também de seus pares. O pensamento que parece dominar os agentes é simples: como a Guarda se comportará seguindo suas atribuições oficiais, legalmente instituídas, se o comando entende que suas responsabilidades são outras e como cumprirá tais responsabilidades sem o uso de armas letais?

13 Dispõe o artigo 15 do Estatuto Geral das Guardas Municipais (BRASIL, 2014): “Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade. § 1º Nos primeiros 4 (quatro) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social, atendido o disposto no caput”.

Essas questões não respondidas têm grande capacidade de influenciar as prioridades e as demandas mais relevantes dos agentes da Guarda, direcionando-os a adotar uma forma militarizada de “pensar” a instituição. Imbuídos desse pensamento militarizado, os agentes acabam por associar, em grande medida, que a busca por “respeito” só será alcançada por meio do uso de armas letais, ao que se vê o pensamento se transformando em discurso entre os agentes.

É importante compreender que a estrutura de funcionamento da segurança pública possui uma hierarquia na distribuição das atribuições e que a Guarda, no contexto prático apresentado, é apresentada como uma força de auxílio à Polícia Militar. Apesar de não se tratar da realidade em si, essa condição auxiliadora parece ser o suficiente para convencer os gestores municipais de que a Guarda deveria ser cada vez mais semelhante à Polícia Militar. Nesse ponto, o histórico de comandos exercidos por militares é uma representação daquilo que a Prefeitura pensa como a Guarda deveria ser: uma instituição que em seus fundamentos nega uma hierarquia militarizada, mas que, na prática, é aos poucos transformada em uma réplica municipal da polícia estadual, por meio de ideais que tem como base a formação militar, aspecto destacado por Jorge da Silva (1996).

Essa gradual transformação dialoga com o que Dumont chama de englobamento¹⁴, notadamente a se observar que a relação de poderes hierarquizada entre Estado e Município, identificadas aqui no conflito de atribuições entre Polícia Militar e GCM, proporciona o entendimento de que o “pensar” militar seria mais eficiente e mais prático do que o “pensar” dos agentes da Guarda diante de sua instituição. Nesse embate, a Guarda tende a se posicionar como o elo mais fraco, a se considerar que sua própria estrutura é muitas vezes comandada, organizada e controlada por indivíduos com doutrinas militares que cultivam cada vez mais a lógica militarizada e, ao fim, são capazes de gerar efetivas mudanças no *ethos* e nas práticas¹⁵ desses agentes.

Tomando por paralelo o que escreve Dumont (1992, p. 55) sobre a percepção do sentir-se social e a noção de pertencimento, a transformação gradual que é percebida no modo de

14 Segundo Dumont (1985, p. 259): “Em primeiro lugar, a hierarquia. As ideias ‘superiores’ contradizem e incluem as ‘inferiores’. Chamei a essa relação muito especial ‘englobamento’. Uma ideia que cresce em importância e em status, adquire a propriedade de englobar o seu contrário”.

15 Dialogando com Geertz (1997) e compreendendo um saber local, destaco que as teorias e práticas construídas no campo e nas práticas da instituição representam estruturas próprias que se perpetuam por meio de seus ritos, instrumentos e estruturas de poder e comando. Também destaco, no entanto, que essas teorias e práticas não se mantêm quando são colocadas em disputa com teorias e práticas elaboradas no estudo acadêmico, que de forma alguma pretende ser construído enquanto uma forma de oposição por natureza, mas pretende, em vez disso, provar através de estudos e investigações que determinado saber local não é unânime.

“pensar” da Guarda, imbuída de influências militares, traz novos contornos aos debates de “problema” *versus* “solução” para o cenário da instituição no âmbito da segurança pública. Aqui, o “problema” apresentado pelos guardas reside na falta de “respeito” que demonstra parte da população e parte de seus pares, enquanto a “solução” para essa questão estaria centrada no emprego de armamento letal em suas ações. Para eles, a concretização desse último fator os aproximaria da estética e do *modus operandi* da Polícia Militar, situação que geraria maior reconhecimento do trabalho da Guarda como um efetivo instrumento de segurança pública.

Em suma, todo esse processo de rearranjo das formas de “pensar” tem como efeito principal a construção de uma narrativa que tenta apresentar caminhos para o alcance de determinados objetivos pelos guardas. De maneira simultânea, é também possível identificar a mesma narrativa como uma forma de convencimento dos agentes e do comando de que o caminho da militarização seria eficiente e suficiente para suprir suas demandas e seus anseios. Contamina-se, por fim, a “pureza” dos agentes da Guarda, nos termos de Douglas (1966), com um viés bélico e de enfrentamento cada vez mais presente em seus discursos e em suas práticas, características que derivam das influências militares que vão aos poucos se perpetuando formal e informalmente na estrutura da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste trabalho levou em consideração atores e discursos que se complementam e se contrapõem na construção de um viés militarista em certos nichos da segurança pública, neste artigo representada pela Guarda Civil Municipal de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro. Como resultado, as observações traçadas ao longo do desenvolvimento do texto tiveram por objetivo explicitar as divisões, os interesses e as demandas por reconhecimento tanto da instituição em si quanto dos agentes que individualmente a representam, com o intuito final de provocar um diálogo entre duas possíveis conclusões práticas que decorrem deste processo.

Como um primeiro resultado, é possível inferir que o choque entre as estruturas de poder municipais e estaduais, que estabelecem uma disputa narrativa no campo político e econômico, repercute em medidas que afetam, principalmente, a instituição que possui menor controle sobre suas atribuições e seus direcionamentos, que nesse caso é a Guarda. Como segundo, constata-se que a dinâmica de mudanças constantes nas atribuições da instituição impacta diretamente a construção e a reafirmação da identidade de indivíduos que estão buscando por “seus lugares no

sol” (VERÍSSIMO, 2009): os agentes da Guarda. Tendo por base as duas conclusões, observamos que o entendimento das maneiras dicotômicas de “agir” e de “pensar” representadas no ideal de “civil para dentro e militar para fora” se apresenta como uma referência a orientar a construção de uma identidade tanto da instituição em si como de seus agentes de forma individualizada, buscando atender às expectativas de todas as partes componentes de sua estrutura política e institucional.

Adotando a perspectiva aplicada por Dumont (1992), percebe-se, ao fim, que os aspectos de uma estrutura formal institucional “superior”, nas figuras dos poderes Legislativo e Executivo, municipais e estaduais influenciam a dinâmica da busca por “respeito” de uma estrutura formal institucional “inferior”, a Guarda. Essas oscilações de representação criam uma estrutura que aloca a Guarda como uma instituição “inferior”, na ótica da segurança pública como um todo, e que acabam por definir seu espectro de atuação a partir de encaminhamentos que são alheios aos seus reais objetivos.

É, portanto, através da demanda por reconhecimento que os agentes objetivam a formação de um modo de “agir” e de “pensar” que tenha a capacidade de fundar e definir seu *modus operandi* e a unificação de um *ethos* próprio – preferencialmente acompanhado da autorização para o porte de armas letais. Objetivo este que parte, principalmente, do desligamento das influências militares e que, segundo meus interlocutores, representam o ponto-chave que historicamente inviabiliza o desenvolvimento da Guarda como o operador do sistema de segurança que deveria ser.

REFERÊNCIAS

1. APURAÇÃO. **Consulta Pública Armamento da Guarda Civil Municipal**. Niterói, Prefeitura de Niterói. 2017. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1EhbkFXQlePrgrcdeg3-vBM_C3L0WObyB1Q9dlq8h4VM/htmlview?fbclid=IwAR1AQA3eQzFIEw4dy_iTij0DWJ-ttJyUqjPdPnDdtJ45lwhgCNA T8HFCAuM#gid=0. Acesso em: 05 maio 2019.
2. BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
3. BRASIL. Lei nº 13.022, DE 8 de agosto de 2014. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. 2014. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm Acesso em: 16 maio 2019.

4. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito legal e insulto moral** – dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 67, n. 23, jul. p. 135-146, 2008.
6. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
7. CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
8. DA SILVA, Jorge. Militarização da segurança pública e a reforma da polícia: um depoimento. In: BUSTAMANTE, Ricardo; SODRÉ, Paulo César (coords.). **O Direito em revista**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica (IBAJ), 1996. p. 497-519.
9. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1966. (Coleção Perspectivas do Homem, n. 39).
10. DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
11. DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
12. DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp, 1992.
13. GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
14. MEDEIROS, Flavia. **“Linhas de investigação”**: uma etnografia das técnicas e moralidades dos “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
15. PEIRANO, Mariza. Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. **Campos (UFPR)**, v. 7, p. 9-16, 2006.
16. PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Revista Ponto Urbe**, ano 1, n. 2. Universidade de São Paulo. 2008.
17. SEOP. **Estrutura da SEOP**. Niterói, Secretaria de Ordem Pública de Niterói. 2019. <https://seop.niteroi.rj.gov.br/transparencia/estrutura-da-seop/>. Acesso em: 16 maio 2019.
18. SOARES, Luiz Eduardo; RAMOS, Silvia; ROLIM, Marcos. **O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça; Senasp, 2009.

19. TEIXEIRA, Carla Costa. **Das Bravatas**. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya. Brasília (DF): 2000. (Série Antropologia, v. 74)
20. TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
21. VERÍSSIMO, Marcos. **“DE SOL A SOL”, em luta por um lugar ao sol: A Guarda Municipal do Rio de Janeiro e os ritos, conflitos e estratégias do espaço público carioca**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
22. VIANA, Carlos Eduardo. Reafirmando identidades: demanda por reconhecimento e “respeito” no Curso de Formação Profissional dos agentes da Guarda Civil Municipal de Niterói. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, p. 252-271, 2022.

Carlos Eduardo Pereira Viana

Doutorando e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-3515>. E-mail: caduviana@live.com